



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**LARISSA EMILY DE OLIVEIRA**

**A PROVA BRASIL NA PERCEÇÃO DA DIRETORA E DE PROFESSORAS DE  
UMA ESCOLA DE ALAGOA GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2013**

**LARISSA EMILY DE OLIVEIRA**

**A PROVA BRASIL NA PERCEPÇÃO DA DIRETORA E DE PROFESSORAS DE  
UMA ESCOLA DE ALAGOA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Francisca Pereira Salvino

CAMPINA GRANDE – PB

Agosto/2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

O48p

Oliveira, Larissa Emily de.

A prova Brasil na percepção da diretora e de professoras de uma escola de Alagoa Grande/PB [manuscrito] : / Larissa Emily de Oliveira, 2013. 26 f.

**Digitado.**

**Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.**

“Orientação: Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino, Departamento de Pedagogia”.

1. Currículo 2. Ensino Fundamental 3. Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB I. Título.

21. ed. CDD 375

LARISSA EMILY DE OLIVEIRA

**A PROVA BRASIL NA PERCEPÇÃO DA DIRETORA E DE PROFESSORAS DE  
UMA ESCOLA DE ALAGOA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Licenciatura em Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento às  
exigências para obtenção do grau de  
Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 22/08/2013.

Francisca Pereira Salvino

Profª Drª Francisca Pereira Salvino / UEPB

Orientadora

Vagda G. G. Rocha

Prof. Drª. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha / UEPB

Examinadora

Elisabete Carlos do Vale

Profª Drª Elisabete Carlos do Vale / UEPB

Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Na trajetória de elaboração deste estudo pude constatar que se por um lado o conhecimento resulta de uma ação deliberada do sujeito que problematiza, investiga e apreende determinado aspecto da realidade, de outro, ele só se concretiza em virtude da atuação de várias pessoas, que direta, ou indiretamente, cruzam as nossas vidas.

Diante disso, quero agradecer a todas as pessoas que conheci em minha trajetória de vida, não apenas àquelas que fazem parte do meu atual estágio de formação, mas também as que estão na minha memória e coração.

A Deus, fonte, princípio e sentido da vida.

À professora Francisca, pela paciência e compreensão.

Às professoras e à direção da Escola Estadual Apollônio Zenayde, pelo apoio à minha pesquisa.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para execução deste trabalho, pela ajuda constante ou por uma palavra de amizade.

## **Resumo**

Este trabalho reflete sobre a criação e evolução do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil, buscando abordá-los com base na discussão sobre as repercussões e mudanças curriculares implicadas na efetivação do referido sistema, tomando como referência a Escola Estadual de Ensino Fundamental Apollônio Zenayde. Para a realização da pesquisa recorre ao estudo de caso com questionários, aplicados à diretora e cinco professoras do 5º ano, do ensino fundamental. Analisa os resultados obtidos na Prova Brasil pela escola nos anos 2005, 2007 e 2009, período em que a escola alcançou índices surpreendentes. Conclui que avaliações em larga escala cumprem seus objetivos na escola pesquisada uma vez que a mesma atingiu as metas atribuídas pelo MEC. No que diz respeito à “Qualidade da Educação”, a escola demonstrou treinar os alunos para marcar os gabaritos, esquecendo a importância do currículo, que deve ser uma série de atividades educativas, onde a criança irá se empenhar para progredir mais rapidamente. As reflexões empreendidas revelam que tem havido uma mudança significativa na qualidade dos trabalhos realizados na escola, resultante dos investimentos na formação docente, na aquisição de materiais didático-pedagógicos, adesão às orientações do Programa Circuito Campeão e outras medidas. Contudo, as análises autorizam a afirmar que tem havido uma preocupação com o preparo dos alunos para responder às questões da Prova Brasil, em detrimento de um projeto educativo mais amplo e mais voltado para a formação integral dos estudantes

**Palavras-chave:** Avaliação de sistemas. Currículo. Prova Brasil.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu das inquietações da pesquisadora em compreender a sistemática de avaliação da educação no Brasil, efetivada através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), bem como entender porque a escola deu um "salto" na média municipal de 2005 para 2009, superando a média regional e nacional em Língua Portuguesa. Tomamos como referência empírica uma escola estadual do município de Alagoa Grande/PB. O cálculo do IDEB combina o desempenho dos alunos dos sistemas estaduais e municipais na Prova Brasil, com dados do SAEB, consistindo numa avaliação de desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio, realizada pelo Ministério de Educação (MEC) a cada dois anos. De acordo com a política pública de governo, a avaliação dos sistemas de ensino através dos resultados do IDEB é muito importante para o país porque é preciso prestar contas à sociedade sobre os investimentos públicos em educação.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) as provas aplicadas pela Prova Brasil e do SAEB são construídas para avaliar sistemas de ensino e não alunos, no que se diferencia das avaliações de ensino e aprendizagem, aplicadas costumeiramente. São avaliações em larga escala cujo objetivo é avaliar a qualidade dos sistemas educacionais a partir do desempenho dos alunos nas provas. Os resultados permitem verificar, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, as habilidades que foram desenvolvidas e quais ainda precisam de um esforço adicional para serem alcançadas. Desta forma, os educadores contam com informações sobre as dificuldades apresentadas pelos estudantes, criando-se possibilidade de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vista à elevação da qualidade de ensino.

Nesta perspectiva, analisamos a criação e a evolução do SAEB e da Prova Brasil, buscando abordá-los com base nas recorrentes discussões sobre suas repercussões na escola e as mudanças curriculares refletidas na prática pedagógica, conforme as percepções dos professores.

Para analisar este tema recorreremos ao estudo de caso, tomando como referência empírica a Escola Estadual Apollônio Zenayde, situada no Município de Alagoa Grande/PB, focalizando a aplicação da Prova Brasil e as percepções dos profissionais a respeito dos resultados obtidos e de suas implicações para o currículo da referida escola. De acordo com os professores essa média foi alcançada graças a fatores como investimentos em reforma, material didático-pedagógico, formação dos professores e implementação de programas e projetos curriculares elaborados fora da escola, como o Programa Circuito Campeão, o que suscitou nosso interesse em conhecer mais detidamente os pressupostos teórico-metodológicos, bem como as implicações de tais ações.

A partir dessas considerações, o presente trabalho objetiva analisar a Prova Brasil a partir das percepções da diretora e de professoras. Para tanto, o referido está organizado em três seções, sendo a primeira dedicada à compreensão do sistema nacional de avaliação da educação básica; a segunda e a terceira dedicadas à apresentação, análise dos dados e formações obtidas na escola campo da pesquisa.



## **CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SAEB E DA PROVA BRASIL**

Pensar a avaliação e seus processos no âmbito das reflexões acerca do currículo escolar reveste-se de grande importância pelas implicações que podem ter na formação dos estudantes, posto que “o currículo e a avaliação têm uma relação que dificilmente podemos vê-la de forma separada”, como nos explica Oliveira e Pacheco (2003, p.119). Por isto, nenhuma discussão curricular pode negligenciar o fato de que aquilo que se propõe e que se desenvolve nas salas de aula dará origem a um processo de avaliação.

Atualmente, a escola é vista como lugar de construção da autonomia e da cidadania, entretanto, "as classes populares continuam encontrando na escola alguns processos que negam seus saberes e desqualificam seus modos de vida" (ESTEBAN, 2012. p 120). Ao pretender alcançar os mesmos resultados em todo o território nacional, ocorre uma espécie de "enquadramento" do currículo em função dos resultados pretendidos, a serem evidenciados através do sistema de avaliação, desconsiderando-se as especificidades das escolas e dos estudantes, as desigualdades quanto à formação dos professores e às condições de trabalho, dentre outras diferenças. Por isso, a avaliação e o currículo devem ser efetivados de acordo com a realidade na qual a comunidade escolar está inserida. Sendo assim, avaliação e currículo não devem ser pensados como construção escolar de responsabilidade apenas de um profissional ou órgão governamental, mas como responsabilidade de todos que formam a comunidade escolar, pois serão a avaliação e o currículo, enquanto componentes do Projeto Político Pedagógico (PPP), que deverão guiar os passos da escola durante os períodos letivos.

A necessidade de elaboração dos projetos pedagógicos também tem sido ressaltada no Plano Nacional de Educação e nos planos estaduais e municipais. Além das proposições em torno da elaboração dos referido planos e dos projetos pedagógicos, as políticas educacionais expressas na legislação atual instituíram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação, que tem causado grandes impactos nas escolas, buscando melhorar os resultados no desempenho das escolas e a melhoria da sua qualidade. Nessa perspectiva, o sistema de avaliação é composto pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Prova Brasil, a Provinha Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Essas avaliações são recentes e foram instituídas no Brasil, particularmente, a partir da última década do século XX.

Independente dos resultados do SAEB ou do IDEB, as escolas podem e devem promover avaliações qualitativas internas. Essas avaliações, se feitas com profundidade e visão crítica, podem gerar bons indicadores a respeito das condições de trabalho, das aprendizagens dos estudantes, do desempenho dos profissionais e orientar as políticas de forma mais condizente com as necessidades das comunidades escolares. Uma escola pode se desenvolver muito mais por meio da avaliação que ela faz de si mesma. A avaliação externa deve ser tomada como uma fornecedora de dados complementares para a avaliação interna.

No que pese as contribuições que podem advir das avaliações, tem-se constado que é grande a corrida das escolas para alcançar as metas estipuladas pelas avaliações de sistemas. Muitas escolas, em busca dessas metas, algumas vezes deixam de lado outros níveis de avaliação mais próximos e apropriados a realidade escolar, por isso, é necessário que haja uma articulação entre as diversas esferas do sistema educacional. Segundo Freitas (2007, p. 979),

Os três níveis de avaliação (sistema, escola e sala de aula) devem estar trabalhando articuladamente e segundo suas áreas de abrangência. Não se deve pedir à avaliação de sistema que faça o papel dos outros níveis de avaliação. Explicar o desempenho de uma escola implica ter alguma familiaridade e proximidade com o seu dia-a-dia, o que não é possível para os sistemas de avaliação em larga escala realizados pela federação ou pelos estados, distantes da escola. A própria elaboração desses sistemas pode beneficiar-se da proximidade com a rede avaliada, envolvendo-se no planejamento da avaliação.

Sendo assim, faz-se necessário que os três níveis de avaliação forneçam dados e diagnósticos, conjuntamente, para que a avaliação produza impactos positivos na educação em sua amplitude, a partir da identificação de deficiências, carências e soluções. Isto torna-se fundamental à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

A primeira experiência de avaliação da Educação Básica no Brasil ocorreu de forma experimental na década de 1980, quando acompanhou a implementação e o desenvolvimento do Projeto Educação Rural – EDURURAL, que era um projeto de educação desenvolvido nos anos de 1982 a 1986, em todos os estados do Nordeste Brasileiro, sob vários aspectos. Avaliaram-se as formas de gerenciamento geral do projeto e, por amostra, o gerenciamento local, analisando-se o sistema de monitoria, os professores, as organizações municipais de ensino, os alunos e as famílias. De acordo com Gatti (2009, p.10),

Desenvolveram-se testes para avaliar crianças em nível de segundas e quartas séries do ensino fundamental, considerando sua pertinência à zona rural em classes, em geral, multisseriadas. Estas provas foram desenvolvidas a partir de amostras de exercícios e trabalhos colhidos nas escolas dos três estados onde a avaliação se desenvolvia, Piauí, Ceará e Pernambuco.

As crianças foram avaliadas em 1982, 1984 e 1986, na tentativa de que possibilitassem uma compreensão das suas realidade e para que os seus rendimentos nas provas tivessem maior validade.

Em 1988, as avaliações foram aplicadas nos Estados do Paraná e Rio Grande do Norte. Conforme registra Horta Neto (2006) e Freitas (2007), essa experiência se deu em consequência de decisões do Banco Mundial, financiador do Projeto Nordeste, que já instituíra determinações avaliativas no âmbito do EDURUAL. Bonamino (2002) ressalta, entretanto, que, a despeito das recomendações do Banco Mundial, técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pretendiam aplicar uma avaliação que não ficasse restrita ao âmbito do EDURUAL e, mesmo sem apoio financeiro daquela instituição, implantaram a avaliação nos dois Estados acima citados. Instituída como Sistema de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau (SAEP), por não contar com aporte de recursos para sua execução, foi extinta e retomou com a Constituição de 1988, com o nome de Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nesse mesmo ano, os dados da avaliação foram processados e seus resultados foram publicados em agosto de 1992. Também a partir de 1992, o INEP passa a ter a responsabilidade de coordenar e administrar o desenvolvimento do SAEB.

O SAEB é um sistema de avaliação externa em larga escala, aplicado a cada dois anos. Seu objetivo é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino.

Desde seu surgimento, o SAEB procurou estimular a criação de sistemas locais de avaliação, como afirma a então coordenadora do SAEB, Maria Inês Pestana. Segundo a coordenadora (1998, p. 71),

Um sistema nacional de avaliação não responde, nem poderia responder a todas as necessidades de informação. Tampouco tem capacidade de apreender toda a diversidade e singularidade das escolas. Por isso, tem de ser complementado [...] seria preciso que estados, municípios e escolas promovessem a realização de estudos e pesquisas que sustentassem o desenvolvimento de sistemas de avaliação capazes de informar sobre questões mais específicas e singulares a cada instância.

Segundo o INEP (BRASIL, 2011, p.1), relata que "a primeira aplicação do SAEB aconteceu, em 1990, com a participação de uma amostra de escolas que ofertavam as 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede urbana". Nesse período, os alunos foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. As 5ª e 7ª séries também foram avaliadas em redação. Este formato se manteve na edição de 1993.

A aplicação da Prova prosseguiu sem modificações até 1995, quando ocorre mudança em relação às séries que seriam avaliadas, incluindo também a 3ª série do ensino médio. A rede privada de ensino também passou a fazer parte do sistema de avaliação, como se lê no documento do INEP (BRASIL, 2011, p. 1)

adotou-se uma nova metodologia de construção dos testes e análises de resultados, através da Teoria de Resposta ao Item (TRI), abrindo a possibilidade de comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo do tempo. Neste ano, foi decidido que o público avaliado seria composto por estudantes das etapas finais dos ciclos de escolarização: 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (que correspondem ao 5º e 9º ano atualmente) e 3º ano do Ensino Médio. Em 1995, além da amostra da rede pública, foi acrescentada uma amostra da rede privada. Neste ano não foram aplicados testes de ciências.

Os alunos matriculados nas 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências e os alunos de 3<sup>o</sup> ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia nos anos de 1997 e 1999; já nas edições de 1990 e 2003 a aplicação das provas foi feita a partir de sorteios, participando da Prova uma amostra de escolas, gerando resultados atingindo o Brasil, as Regiões e os Estados. Segundo Afonso (2005), a avaliação passou a ser um mecanismo fundamental dos governos nos seus esforços obsessivos de implantação de uma estrita cultura gerencialista e fiscalizadora.

A partir da edição de 2001 até 2009 os alunos passaram a ser avaliados apenas em português e matemática. O SAEB passou a ser composto por dois processos de avaliação em 2005, como nos informa o INEP (BRASIL, 2011, p. 1)

O SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil. A ANEB manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo 10 estudantes por turma), das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que até então vinha sendo realizada no SAEB. A Prova Brasil (ANRESC), por sua vez, passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes na série avaliada, permitindo gerar resultados por escola.

Os resultados da Prova Brasil irão alimentar os dados estatísticos relativos às condições da educação no país, servindo de apoio para avaliação, definição e acompanhamento das políticas. A Prova Brasil foi idealizada para atender a demanda dos gestores públicos, educadores, pesquisadores e da sociedade em geral por informações sobre o ensino oferecido em cada estado, município e escola. Assim, O objetivo da avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, bem como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 2011).

. Para Bondioli (2004, p. 14), a qualidade

[...] não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas *a priori* e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede [...] e sobre como deveria ou poderia ser.

Na edição de 2005, o público alvo da Prova Brasil foram os alunos das escolas públicas com no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (5º ano) ou dos anos finais (9º ano) do Ensino Fundamental. A metodologia utilizada nessa avaliação foi similar à utilizada na avaliação amostral, com testes de Língua Portuguesa e Matemática, com foco, respectivamente, em leitura e resolução de problemas. Em 2007, passaram a participar da Prova Brasil as escolas públicas rurais que ofertam os anos iniciais (5º ano) e que tinham o mínimo de 20 estudantes matriculados nesta série. A partir dessa edição, a Prova Brasil passou a ser realizada em conjunto com a aplicação da ANEB – a aplicação amostral do SAEB – com a utilização dos mesmos instrumentos. Na edição de 2009, os anos finais (9º ano) do ensino fundamental de escolas públicas rurais que atendiam ao mínimo de alunos matriculados também passaram a ser avaliados.

A Prova Brasil e o SAEB são dois exames complementares que compõem o sistema nacional de avaliação. A Prova Brasil e o SAEB são testes padronizados que avaliam o desempenho dos alunos e fornecem informações aos sistemas de educação, para que desta forma, busquem-se soluções para os problemas nos sistemas de ensino. A Prova Brasil é realizada a cada dois anos, avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco na leitura) e em Matemática (foco na resolução de problemas). No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. É aplicada somente a alunos do 5º e 9º anos da rede pública de ensino, em área urbana, e tem como prioridade evidenciar os resultados de cada unidade escolar da rede pública de ensino. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e as condições de trabalho. Partindo da análise de Bondioli (2004), no momento que a comunidade escolar se mobiliza para atingir os níveis de qualidade estipulados pelo governo federal,

significa, indiretamente, que a competência dos profissionais da escola está sendo colocada em jogo e, por isso, eles podem se preocupar ou não em atingir as metas.

Por ser universal, a Prova Brasil expande o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB. Fornece médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e para as escolas participantes.

A partir das informações do SAEB e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas prioritárias.

As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. Além disso, os dados também estão disponíveis a toda a sociedade que, a partir dos resultados, pode acompanhar as políticas implementadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico das escolas públicas urbanas do país.

Os dados dessas avaliações são comparáveis ao longo do tempo, ou seja, pode-se acompanhar a evolução dos desempenhos das escolas, das redes e do sistema como um todo. No ano de 2011, as escolas rurais de ensino fundamental com mais de 20 alunos nas séries avaliadas também fizeram a Prova Brasil.

O ENEM também faz parte das avaliações da educação básica brasileira. É um exame individual realizado em todo o Brasil com o objetivo de avaliar os conhecimentos dos alunos que estão concluindo, ou que já concluíram o ensino médio. Nenhum aluno é obrigado a fazer a prova, mas existem vários motivos para fazê-la. O principal é que o exame serve como auto-avaliação para o aluno. Além do mais, a pontuação do aluno adquirida no exame será utilizada no Programa Universidade para todos (PROUNI), e no processo seletivo de faculdades de todo o país, que fizeram adesão ao referido sistema e avaliação. De acordo com INEP, o ENEM não mede a capacidade do estudante para

assimilar e acumular informações, e sim o incentiva a aprender a pensar, a refletir e a “saber como fazer”. Valoriza, portanto, a autonomia do jovem na hora de fazer escolhas e tomar decisões.

No que pese a necessidade e as contribuições que a avaliação dos sistemas proporciona (ou pode proporcionar), a referida tem sido alvo de críticas por parte de estudiosos, como Esteban (2012, p. 125), haja vista sua pretensão de

uniformidade e univocidade curricular de dispositivo de controle dos sujeitos, dos conhecimentos e dos processos de *aprendizagem ensino*, ainda que se anuncie como sendo *para todos*, dificulta o percurso de muitos estudantes que se distanciam social e culturalmente do modelo valorizado (grifos da autora).

A uniformidade e o controle se caracterizam pela aplicação de um mesmo teste em todo território nacional, induzindo a que todos trabalhem os mesmos conhecimentos, desconsiderando as diversidades, a necessidade de atendimento às demandas das comunidades escolares em suas especificidades. A partir dessa compreensão, cabe-nos questionar: Quais as percepções das professoras sobre as referidas avaliações? Como as professoras têm reagido a essas avaliações? Quais as repercussões e implicações das avaliações sobre os currículos das escolas?

Objetivando refletir sobre essas e outras indagações, propomo-nos a investigar a Prova Brasil, tomando como referência empírica uma escola estadual do município de Alagoa Grande/PB, cujos resultados nos anos de 2005 a 2009 surpreenderam pela elevação dos indicadores, ultrapassando a meta estadual nacional em Língua Portuguesa. Já em Matemática a elevação fez a escola ultrapassar a média estadual e aproximando-se da média nacional, como analisaremos a seguir.



## **A ESCOLA CAMPO, A METODOLOGIA E OS SUJEITOS DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Apollônio Zenayde. Sua construção decorreu de iniciativa do governador campinense Argemiro de Figuerêdo, em 1937, e recebeu este nome homenageando Apollônio Zenayde Peregrino de Albuquerque Montenegro, um patoense erradicado no município de Alagoa Grande/PB, desde 1982, e falecido em 1908<sup>1</sup>. Foi um bacharel em Direito, promotor público, prefeito por duas vezes e eleito deputado da Província, deputado estadual constituinte de 1892, presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, presidente do Conselho Municipal, deputado federal e senador eleito em 1908. Não foi empossado, pois faleceu em Recife, a caminho da Capital da República. Foi um dos principais responsáveis pela construção da estrada de ferro que ligava Alagoa Grande à capital do Estado, inaugurada em 01 de julho de 1901, e construiu, inclusive com recursos próprios, o Teatro Santa Inês.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Apollônio Zenayde, campo da pesquisa, pertence ao sistema público estadual e está organizada em dois turnos, manhã e tarde, com turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O corpo docente é formado por 12 (doze) professores e o discente por 378 (trezentos e setenta e oito) alunos. Seu prédio é amplo, tem boa aparência externa, seus jardins são bem cuidados, revelando um modelo de boa administração, possui 6 (seis) salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática e um pátio, onde as crianças brincam na hora do recreio.

Sua clientela advém de comunidades carentes, em sua maioria moradores do Morro do Cruzeiro. De acordo com o formulário de matrícula dos alunos, a fonte de renda das suas famílias é composta basicamente por bolsa família ou bolsa escola. As crianças possuem pais analfabetos (o que dificulta bastante o processo de alfabetização), vivem em situações precárias, a grande maioria tem a merenda recebida na escola como principal alimentação do dia. Os educandos

---

<sup>1</sup> Informações obtidas através de consulta aos documentos da instituição, disponibilizados pela diretora.

que frequentam a escola também são alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Segundo comentários dos pais de alunos durante a pesquisa, existe, por parte da comunidade, uma percepção positiva da instituição, conquistada após a gestão administrativa da atual diretora<sup>2</sup>, que através do seu trabalho em conjunto com projetos da Secretaria Estadual de Educação, reergueu a escola após assumir a direção.

A metodologia da pesquisa consiste em estudo de caso com recurso, de questionário, aplicado à diretora e a cinco professoras da escola. Para esta pesquisa foram distribuídos 10 (dez) questionários ao corpo docente da escola, 6 (seis) foram respondidos e 4 (quatro) foram devolvidos em branco. Todos os professores entrevistados tem formação superior, sendo 3 (três) em Pedagogia, com Especialização em Educação Especial, Inclusão Escolar e Psicopedagogia; 2 (duas) em História, com Especialização em Inclusão Escolar e Gestão, e 1 (uma) em Geografia, esta sem especialização. As entrevistas possibilitaram apreender as percepções das profissionais da escola acerca das avaliações praticadas pelo MEC, através da Prova Brasil, conforme serão apresentadas e analisadas a seguir.

## **OS RESULTADOS DA PROVA BRASIL NA PERCEPÇÃO DA GESTORA E DE PROFESSORES DA ESCOLA**

Desde a década de 1990, a política educacional no Brasil vem dando grande importância aos sistemas de avaliação da educação em todos os níveis, tendo como proposição favorecer conhecimento dos processos de ensino e aprendizagem para orientar as referidas políticas. Nessa perspectiva, as avaliações institucionais vêm alcançando todas as regiões, estados e municípios do país, a exemplo de Alagoa Grande, no estado da Paraíba que está envolvido nas avaliações desde 2005. Assim sendo, em 2005, 41 alunos da E. E. E. F.

---

<sup>2</sup> Como fui funcionária da escola, frequentemente ouvia os pais de alunos elogiando a nova direção da escola

Apolônio Zenayde, do 5º ano, participaram da Prova Brasil e no ano de 2007, participaram 37 alunos. No ano de 2009, tivemos 34 alunos participando da Prova. Observamos que a cada ano o número de alunos participantes da Prova foi diminuindo, entretanto, as médias foram aumentando como mostram quadros 1,2 e 3.

<b>2005</b>	<b>BRASIL</b>	<b>PARAIBA</b>	<b>ALAGOA GRANDE</b>	<b>APOLLONIO ZENAYDE</b>
PORTUGUÊS	172,91	155,74	158,41	135,55
MATEMÁTICA	179,98	165,60	168,64	148,00

**Quadro 1: IDEB 2005**

**Fonte:** (BRASIL, 2011)

<b>2007</b>	<b>BRASIL</b>	<b>PARAIBA</b>	<b>ALAGOA GRANDE</b>	<b>APOLLONIO ZENAYDE</b>
PORTUGUÊS	171,40	161,22	159,87	149,10
MATEMÁTICA	189,14	178,53	173,72	167,32

**Quadro 2: IDEB 2007**

**Fonte:** (BRASIL, 2011)

<b>2009</b>	<b>BRASIL</b>	<b>PARAIBA</b>	<b>ALAGOA GRANDE</b>	<b>APOLLONIO ZENAYDE</b>
PORTUGUES	179,58	168,45	172,25	187,03
MATEMÁTICA	199,52	186,50	186,87	198,07

**Quadro 3: IDEB 2009**

**Fonte:** (BRASIL, 2011)

Podemos observar o avanço do IDEB da E. E. E. F. Apolônio Zenayde a cada ano. Nos anos de 2005 e 2007, a escola esteve abaixo da média municipal, em 2009 superou a média nacional em Língua Portuguesa e quase igualou à média em Matemática. Este fato suscitou uma série de discussões, expectativas e a necessidade de conhecer mais detidamente tais resultados, bem como os processos que os justificam. Nessa perspectiva, indagamos às entrevistadas a respeito dos modos como foram realizadas as avaliações no período de 2005 a 2009, ao que apresentaram as seguintes respostas:

Professora 1	a prova foi aplicada por um profissional da 3ª região
Professora 2	a 3ª região avisou da aplicação, preparamos os alunos, ensinamos a marcar o gabarito para que eles soubessem fazer no dia da prova, veio um técnico e aplicou;
Professora 3	foram realizadas por pessoas capacitadas que não faziam parte da escola;
Professora 4	as avaliações foram aplicadas por pessoas selecionadas que não faziam parte da escola. De forma tranquila os alunos mostraram suas capacidades;
Professora 5	foram realizadas por pessoas capacitadas que não faziam parte do corpo docente da escola;
Professora 6	os professores prepararam os alunos afim de obter bons resultados nas provas.

**Quadro 4** - Respostas das profissionais a respeito dos modos como foram realizadas as avaliações no período de 2005 a 2009.

**Fonte:** Questionários aplicados durante as entrevistas

A primeira questão diz respeito à realização da Prova Brasil no período de 2005 a 2009. As professoras responderam que a aplicação da Prova foi feita por um profissional desconhecido pela escola. De acordo com documento do Ministério de Educação (BRASIL, 2011), as provas devem ser aplicadas por profissionais de uma empresa contratada exclusivamente para esse fim. Esses aplicadores são treinados e capacitados para manterem os critérios e a padronização dos testes em âmbito nacional.

Podemos perceber que a única contribuição dos professores em relação à realização da Prova Brasil foi o “preparo” dos alunos para que soubessem responder as provas. As respostas nos levam a inferir que a escola vem se preocupando em treinar os estudantes para as referidas avaliações quando deveria empreender esforços na realização de um projeto educativo capaz de intervir na formação dos sujeitos para a vida em sociedade de forma integral, desenvolvendo suas capacidades físicas, cognitivas, morais, éticas e outras.

O “preparo” para a realização das provas deveria ser feito em atividades vindas do programa curricular da escola, que contemplassem não só a Prova Brasil, mas também o meio em que a criança está inserida, para assim alcançar o sucesso não só nas provas, mas também na vida e na sociedade. É o que nos diz Esteban (2012, p.123):

Os itens que compõem a Prova Brasil remetem a uma concepção mecanicista [...] pouco articulada à vida cotidiana dos estudantes - no

que se refere tanto ao conteúdo quanto ao método -, indicando uma visão estereotipada dos conhecimentos, realidades e interesses infantis.

Questionadas sobre em que consistiu esse “preparo”, as professoras responderam que consistiu na aplicação de atividades com respostas em gabaritos, assim os alunos não errariam a marcação nas provas. Esse comportamento das professoras destoa das atribuições feitas à Prova Brasil pelo INEP, cujo documento afirma que,

Diferentemente das provas aplicadas costumeiramente em sala-de-aula, a Prova Brasil e o SAEB são construídos metodologicamente para avaliar sistemas de ensino e não alunos. São avaliações em larga escala cujo objetivo é avaliar a qualidade dos sistemas educacionais a partir do desempenho dos alunos nas provas, (BRASIL, 2011. p.1).

De acordo com as respostas dadas pelos professores, não é assim que a escola pesquisada vê a Prova Brasil, ela apenas prepara o aluno para responder as provas, acreditando que é o aluno quem está sendo avaliado. Isto fica ainda mais evidente no quadro a seguir.

Professora 1	Analisamos as notas e discutimos sobre o desempenho dos alunos;
Professora 2	Não recebi os resultados;
Professora 3	Ótima, porque os alunos superaram suas dificuldades;
Professora 4	Muito bom. Porque embora com suas dificuldades, os alunos superaram a meta projetada para a escola;
Professora 5	Com louvor, pois os alunos alcançaram os objetivos superados;
Professora 6	Ficamos muito felizes com os bons resultados obtidos nas provas, sinal que fizemos um bom trabalho.

**Quadro 5** – Respostas das professoras sobre como os resultados das três últimas avaliações foram recebidos na escola.

**Fonte:** Questionários aplicados durante as entrevistas

Ao ter um bom programa curricular, adaptado ao meio em que os alunos vivem, a escola estará pronta para alcançar as metas atribuídas pelo INEP, é necessário apenas que o professor seja mediador.

As professoras juntas devem ir tecendo o currículo como uma rede cujas fronteiras não podem ser demarcadas, tampouco definida a constituição exara dos seus fios. Fazem articulações possíveis, buscam as negociações necessárias sem eliminar as fissuras e rupturas, também constitutivas da rede de saberes que se tece na sala de aula, (Esteban 2012, p. 137).

O papel do professor está em despertar os problemas, torná-los sentidos ou conscientes, dar-lhes uma sequência organizada e promover os meios necessários para que os alunos os resolvam, de acordo com o melhor método e os melhores conhecimentos.

Vemos que as professoras ficaram felizes por terem cumprido o seu papel nas provas, pois acreditam que as dificuldades foram superadas, tendo alcançado as habilidades exigidas pela Prova Brasil. Há uma preocupação com os resultados, haja vista que estes refletem, em grande medida, a qualidade do trabalho das professoras.

Para os professores, os resultados permitem verificar, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, as habilidades que foram desenvolvidas e quais ainda precisam de um esforço adicional. Desta forma, os educadores contam com informações sobre as dificuldades apresentadas pelos estudantes, criando-se espaço de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vista à elevação da qualidade de ensino, (BRASIL, 2011. p.1).

No caso da escola pesquisada, percebe-se pouco aproveitamento das informações obtidas através da Prova Brasil, pois, ao invés de promover reflexões sobre os resultados, as professoras apenas afirmam terem feito comparações, conforme o Quadro 6.

Professora 1	Comparamos as notas com as dos anos anteriores;
Professora 2	Os resultados foram analisados pela coordenadora;
Professora 3	Comparamos as notas das provas anteriores;
Professora 4	Através das notas das provas anteriores os professores e a equipe escolar pode rever e planejar uma melhor forma de trabalhar;
Professora 5	Fazendo a comparação com resultados anteriores;
Professora 6	A coordenadora comparou nossa nota com as outras escolas.

**Quadro 6** – Respostas dos professores a respeito da análise dos resultados.

**Fonte:** Questionários aplicados durante as entrevistas

Tais comparações, a nosso ver, pouco contribuem para a melhoria da qualidade da educação praticada, efetivamente, pela escola. Nesse caso, perde-

se a possibilidade de perceber que "o cotidiano escolar pode ser vivido como *tempoespaço* de interações, interlocuções e interpelações múltiplas" (Esteban, 2012, p.140, grifos da autora).

A partir de tais informações, procuramos entender o porquê dos resultados da prova, perguntando a quem as professoras atribuem os resultados das referidas avaliações, posto que a escola alcançou a meta estabelecida pelo MEC. O quadro 7 apresenta as respostas das professoras a esse questionamento.

Professora 1	Ao nosso trabalho que procuramos fazer o melhor; e ao programa circuito campeão
Professora 2	Ao nosso desempenho que trabalhamos o currículo estabelecido pelo programa circuito campeão;
Professora 3	Atribuimos os cursos de capacitação e às aplicações das atividades com gabaritos;
Professora 4	Atribuimos aos cursos de capacitação e às aplicações das atividades com gabaritos que a escola passou a trabalhar; A escola recebeu programas e verbas para serem investidas além de recursos que melhoraram a qualidade escolar. Além disso, houve uma melhor participação dos alunos e a dedicação dos professores no desempenho do currículo a ser trabalhado para a Prova Brasil;
Professora 5	Atribuimos aos cursos e capacitações e atividades propostas através de gabaritos com já são aplicadas nos concursos; a escola nos orientou através de programas implantados na mesma a fim de melhorar o desempenho dos alunos;
Professora 6	Ao bom trabalho realizado pela escola, que procurou fazer o melhor. Demos continuidade aos trabalhos desenvolvidos, visto que obtemos êxito com os resultados.

**Quadro 7** – Respostas dos professores sobre a atribuições e resultados

**Fonte:** Questionários aplicados às professoras

A partir dessas reflexões, perguntamos as entrevistadas se, no período de 2005 a 2009, houve alguma mudança no trabalho da escola em função dos resultados. De acordo com as respostas dadas, parece que os alunos estão sendo treinados para responder as provas, ou seja, estão apenas reproduzindo saberes. Isto confirma a análise de Esteban (2012, p. 139), ao afirmar que "a política educacional induz as práticas escolares à reprodução".

As entrevistadas afirmaram houveram fatores que influenciaram nos resultados, tais como: investimentos em reforma, material didático-pedagógico, formação dos professores, juntamente com a implementação de programas e projetos curriculares elaborados fora da escola, como o Programa Circuito Campeão.

O Programa Circuito Campeão introduz, nos primeiros anos do Ensino Fundamental das redes regulares, ferramentas de gestão da aprendizagem como soluções concretas para diminuir a má qualidade de ensino. Tem como objetivo garantir o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, de cálculos matemáticos e de compreensão de fenômenos naturais e sociais, de maneira a contribuir para a permanência do aluno na escola e para o seu sucesso. O Programa introduz nas escolas e secretarias de ensino uma cultura de gestão focada em resultados de aprendizagem. Prioriza políticas de alfabetização e de acompanhamento das quatro primeiras séries do ensino fundamental. O Programa Circuito Campeão fazendo parte do currículo da escola, deve ser contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP).

O PPP é uma das formas de se materializar o currículo, pois é uma forma de organização do trabalho pedagógico, que visa o melhoramento da qualidade de ensino, organização esta que vai do relacionamento existente entre docente e discente até a relação entre escola e comunidade. Outro fator que merece ser ressaltado, quando nos referimos ao projeto político pedagógico escolar, é o quanto este pode favorecer uma atuação democrática da escola, pois é capaz de dar voz àqueles que normalmente não estão inseridos no processo de organização escolar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas revelam que tem havido uma mudança significativa na qualidade dos trabalhos realizados na escola, resultante dos investimentos na formação docente, na aquisição de materiais didático-pedagógicos, adesão às orientações do Programa Circuito Campeão e outras medidas. Contudo, as análises nos autorizam a afirmar que tem havido uma preocupação com o preparo dos alunos para responder às questões da Prova Brasil, em detrimento de um projeto educativo mais amplo e mais voltado para a formação integral dos estudantes. Partindo desse pressuposto as professoras parecem estar apenas preocupadas com os resultados da Prova Brasil, esquecendo que o currículo escolar deve não se preocupar só em cumprir uma meta estabelecida pelo INEP, mas também levar em consideração a realidade dos alunos, despertando nos alunos o desejo de estudar.

Os educadores, respeitando a experiência prévia do aluno e a sua curiosidade natural, têm o dever de contribuir no questionamento, no desenvolvimento para uma crescente apreensão da realidade, não pensando só em atingir metas sem que o conhecimento seja adquirido.

Foi constatado também que os resultados das provas serviram apenas para serem comparados com os dos anos anteriores. As professoras deveriam explorar mais esses resultados, utilizando-os, por exemplo, para estimular os alunos a estudar, mostrando aos mesmos a importância de se obter tais resultados nas provas.

A prática envolve o movimento dinâmico entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Alcançar a meta do IDEB é importante, mas atingir o conhecimento necessário através de um currículo que leve em consideração a realidade do educando é de grande valia para o futuro de quem tem apenas na escola o estímulo para a aquisição de novos conhecimentos. Portanto, a prática docente crítica envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Por isso, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a

prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. Como afirma Freire (1992), um professor que não leva a sério sua prática docente, que não estuda e ensina mal o que mal sabe, que não luta para que disponha de condições materiais indispensáveis à prática docente, se proíbe de concorrer para a formação da imprescindível disciplina intelectual dos estudantes. Anula-se, pois, como professor.

Diante de tudo isso, entendemos a educação como sendo um importante mecanismo para melhorar a sociedade. Vendo a educação como um componente para um mundo melhor, o professor deve ter o compromisso de reconhecer a sua profissão, identificando quais saberes deverão ser usados em sua prática educativa, dando assim a sua parcela para a construção de um mundo melhor e mais justo, mundo em que o seu aluno deve ser visto como alguém que precisa se superar e que o professor é visto como aquele que o ajudará.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2005.

BONAMINO, Alicia C. de. Hipóteses para a reconstrução do significado da noção de competência nas políticas curriculares e de avaliação da educação básica. Teias: **Revista da Faculdade de Educação**, Rio de Janeiro: v. 1, n.2, 2000.

BONDIOLI, Anna. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação**: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

ESTEBAN, Maria Teresa. Currículos e conhecimentos escolares. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Orgs.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis, RJ: Nupec, 2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Dirce N. T. de. **A Avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

GATTI, Bernadete A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n.9, 2009

História da Prova Brasil e do SAEB. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/historico>. Acesso em 19 de setembro de 2011.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação externa: a utilização dos resultados do Saeb 2003 na gestão do sistema público de ensino fundamental no Distrito Federal**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

OLIVEIRA, I. B. de & PACHECO, D. C. (2003): Avaliação e Currículo no cotidiano escolar. In ESTEBAN, M. T. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez.

PESTANA, Maria Inês, O Sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n.191, p. 65-73, jan./abr. 1998.